

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR AUDITOR VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DISCIPLINAR DO  
COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO BASQUETEBOL  
BRASILEIRO**

**A PROCURADORIA DE JUSTIÇA DESPORTIVA,**  
por seu representante, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 21 do  
Código Brasileiro de Justiça Desportiva, tendo em vista a Queixa – Notícia de  
Infração apresentada pelo Club Atlético Paulistano, em face da equipe  
Itabom/Bauru.

Os presentes autos chegaram à Procuradoria em 13 de abril de 2012.

## **RELATÓRIO**

1. O C. A. Paulistano apresentou notícia de infração supostamente cometida  
pela equipe Itabom/Bauru como incurso no art. 214, CBJD, pela utilização de  
atleta em situação irregular, ou seja, sem condição de jogo.

2. Tal fato seria decorrente de uma condenação sofrida pelo atleta nos autos  
do processo n. 67/2012, em que o atleta Chinwuba Uzoma Jefferson Agba (Jeff  
Agba) condenado nos termos do art. 254, CBJD, à pena de suspensão por 3  
(três) partidas, sendo que, a pedido, houve a detração da suspensão  
automática pela desqualificação e uma partida convertida em doação de cesta

básica. O julgamento ocorreu em 14 de março de 2012, portanto, verificamos que este julgamento é público há quase um mês, motivo que a insurgência deveria ter sido apresentada anteriormente e não após sabermos o emparelhamento nos play-offs do Campeonato.

3. Alega o noticiante que: *“(...) contrariando a condenação imposta, o atleta mencionado participou da partida realizada em 06/04/2012, consecutiva ao julgamento, cumprindo a suspensão apenas na partida seguinte, nº 190, realizada em 08/04/2012 (vide anexos)”*.

4. O noticiante traz aos autos julgado de outro tribunal, em que fundamenta sua assertiva, qual seja, de que a equipe-querelada teria utilizado o atleta irregularmente, uma vez que a suspensão por partida deve ocorrer sempre no primeiro jogo posterior ao julgamento.

5. Pede o recebimento da queixa, remessa a esta procuradoria, “tratamento prioritário” e, ainda, suspensão do campeonato, uma vez que eventual denúncia e sua procedência, poderão alterar a ordem de classificação dos playoffs do Campeonato em curso (LNB/NBB 2011/2012), motivo que admira este procurador que esta notícia de infração tenha vindo a baila, exatamente neste momento do campeonato.

Não consta da documentação enviada parecer ou manifestação do departamento técnico da Liga Nacional de Basquete.

Este é o relatório.

## **DO INTERESSE E LEGITIMIDADE**

6. O art. 74, CBJD, exige prova de legítimo interesse para viabilidade da notícia de infração. No caso, o interesse é legítimo do Club Atlético Paulistano, em que pese o atraso da apresentação da queixa.

7. Por se tratar de conduta que pode gerar infração que acarreta a perda de pontos da equipe querelada, na hipótese de procedência de eventual denúncia, que gerará a alteração da classificação das equipes para a segunda fase do campeonato (oitavas), por óbvio que qualquer das 11 (onze) outras equipes classificadas possuem interesse no feito.

8. Em especial a equipe do C. A. Paulistano, que, da análise da tabela final de classificação, poderia subir uma posição no ranking final.

9. Demonstrado legítimo interesse, cabe agora a análise da existência, ou não, da infração noticiada.

## **DA DENÚNCIA**

10. O noticiante informa que a equipe “infratora” cumpriu a suspensão imposta pela e. 3ª CD/STJD, todavia, em partida equivocada. Deveria, nos dizeres do querelante, não ter inscrito ou utilizado o atleta Jeff Agba na partida de 06 de abril, contra a equipe da Liga Sorocabana, eis que esta foi a primeira após o julgamento. Destaca que na partida de n. 190, realizada no dia 08 de abril, contra a equipe do Minas T. C., o atleta não foi inscrito ou utilizado, o que equivaleria ao cumprimento da suspensão imposta.

11. Aparentemente, e tal se deduz pela análise dos protocolos dos jogos na tabela original do campeonato, a confusão no cumprimento da suspensão se deu em razão de alterações nas datas das partidas protocolo n. 190

(Itabom/Bauru x Minas T. C.) e protocolo n. 210 (Liga Sorocabana x Itabom/Bauru), através da Nota Oficial n. 40/2012, de 26 de março de 2012.

12. Em referida nota, a partida n. 190, originalmente designada para o dia 29 de março, foi postergada para o dia 08 de abril, e a partida n. 210 originalmente marcada para o dia 05 de abril, foi remarcada para o dia 06 de abril de 2012.

13. A partida de protocolo 190, contra o Minas T. C., originalmente marcada de acordo com a tabela do NBB 2012 para 29/03/2012 seria a primeira após o julgamento do processo 67/2012, cuja sessão ocorreu em 14/03/2012.

14. O que se discute, então, é se, como alegado pelo noticiante, o cumprimento da suspensão de uma partida pelo atleta de Bauru, Sr. Jeff Agba, foi corretamente cumprido pelo clube na partida 190 (08 de abril), que ocorreu posteriormente à partida de protocolo 210, disputada em 06 de abril.

15. Trata-se de um tema tormentoso, eis que tal situação configuraria infração passível de penalidade em modalidades e campeonatos esportivos diversos, porém, não neste NBB/LNB.

16. O regulamento da competição assim estabelece sobre a inscrição e condição de jogo de atletas:

### **5. 3 - Do registro e inscrição de atletas**

(...)

*f. Os clubes que não se utilizarem do limite máximo de inscrições poderão completar sua lista de atletas, até o último dia útil antes da data prevista para o final do primeiro turno da fase de classificação, não sendo consideradas, para este fim, partidas adiadas para data*

posterior, seja qual for o motivo. É necessário que a Federação ateste a vinculação dos atletas com os clubes. (grifamos)

17. E ainda mais importante:

**5.3 - n. A condição de jogo do atleta inscrito, não será concedida para os jogos alterados para data posterior. Leva em consideração a data inicial presente na tabela do campeonato.**

18. A condição de jogo no NBB se dá de acordo com a tabela publicada pela Liga, pelo numero da partida, e não pela data de sua realização. O protocolo de partida se mantém, não sendo alterado pela antecipação ou postergação da data da realização da partida.

19. Ainda que o regulamento não se refira expressamente ao cumprimento de decisões da justiça desportiva, é do entendimento deste representante da Procuradoria a interpretação por analogia.

20. Se a condição de jogo do atleta para inscrição (primeira condição de jogo) se dá pelo número da partida, “levando-se em consideração a data inicial presente na tabela”, sem considerar alteração de datas, o mesmo critério deve ser utilizado para o cumprimento das decisões jus-desportivas.

21. Nesse aspecto, ainda, de se ressaltar que este critério, estranho para outras competições e modalidades, é tradicional no basquetebol pátrio. Em todas as edições anteriores do NBB (2009, 2010 e 2011) o regulamento tinha previsão idêntica, sempre respeitando a tabela original, independentemente da alteração de datas das partidas.

22. Ou seja, a condição de jogo de acordo com o numero da partida (e não a data de sua realização) já está inserido nos usos e costumes dos campeonatos de basquetebol brasileiro, sendo ciente o clube denunciante.

23. De se notar que, em razão da revogação do art. 34, da Lei 9.615/98, não é mais prerrogativa da entidade nacional de administração (CBB) a concessão da condição de jogo do atleta. De acordo com o item 2.2 – a do Regulamento do NBB/2012, a CBB apenas auxiliará no registro e inscrição dos atletas, mas a condição de jogo é dada pela própria Liga, de acordo com o regulamento do campeonato que organiza e administra.

24. E, repita-se, o regulamento, ainda que expressamente não contemple a forma de contagem de partidas para o cumprimento de penas disciplinares atribuídas pela(s) comissão(ões) disciplinar(es), dispõe de critério para concessão da condição de jogo no momento da inscrição/registro que, salvo melhor juízo, deve ser replicado para o cumprimento de penas.

25. O julgado trazido pelo noticiante não tem qualquer aplicabilidade ao caso em tela. Ainda que tenha sido proferido por órgão da justiça desportiva que possui enorme renome e respeito no meio desportivo, composto de valorosos juristas, o STJD do Futebol, em especial no julgado indicado, nunca analisou o regulamento do NBB 2011/2012.

26. Voltando ao caso concreto, não tivesse o autor noticiado o cumprimento da pena em partida posterior e realmente o caso ensejaria a proposição da denúncia para a apuração de infração. Contudo, e buscando-se no próprio site da entidade ([www.lnb.com.br](http://www.lnb.com.br)) a tabela da competição e as notas oficiais de alteração de datas de partidas, verifica-se que a penalidade imposta pela d. 3ª Comissão Disciplinar do STJD/CBB foi corretamente cumprida pela entidade Itabom/Bauru.

27. Para o julgamento havido em 14 de março de 2012 o atleta Jeff Agba estava suspenso para a próxima partida, assim entendida aquela de acordo com a tabela originalmente divulgada. Tratava-se, então do jogo de numero 190, contra a equipe do Minas Tênis Clube.

28. Fosse essa partida (190) jogada em abril, maio ou em junho, o atleta estaria, como estava, suspenso. Para as partidas realizadas anteriormente, ainda que do mesmo campeonato, a condição de jogo do citado atleta era plena, em especial a partida n. 210, ocorrida em 06 de abril.

29. Destaca-se que esta prática é tão comum no basquetebol brasileiro que as próprias súmulas que instruem o feito apontam o numero da partida, independente da alteração na data de sua realização.

30. Diante da análise dos autos, entende este representante da Procuradoria que não é o caso de oferecimento de denúncia, eis que não configurada infração disciplinar desportiva. O atleta Jeff Agba tinha condição regular de jogo para a partida realizada em 06 de abril de 2012 (jogo 210).

#### **DA RESPONSABILIDADE DA ENTIDADE DE ADMINISTRAÇÃO**

31. Ainda que houvesse a utilização irregular de atleta sem condição de jogo, o que repita-se, não foi localizado por este representante da Procuradoria, o regulamento do NBB 2011/2012 merece observações para sua melhor interpretação.

32. Os deveres do representante da LNB estão assim descritos (excertos):

***Do representante da LNB***



*10.1 A LNB designará um representante/comissário para cada jogo do campeonato com poderes para tomar todas as decisões relacionadas com a realização do respectivo jogo, tendo as seguintes atribuições:*

***a. Conferir a relação nominal das equipes, confrontando-a com a lista oficial da CBB, conferir os respectivos documentos de identidade, e autorizar a participar somente os jogadores e membros da comissão técnica regularmente inscritos e legalmente identificados.*** (destacamos)

33. Ainda que o art. 214, do CBJD, atribua pena e culpa objetiva exclusivamente à entidade de prática desportiva, no NBB a verificação da condição de jogo dos atletas é feita a cada partida, não pela equipe, mas pelo representante da entidade organizadora, que tem o poder de autorizar a participação de jogadores regularmente inscritos e identificados.

34. No caso concreto, fica claro que, de acordo com o regulamento (item 5.3-n) e pela autorização do representante da LNB presente na partida de n. 210, ocorrida em 06 de abril de 2012, entre as equipes Liga Sorocabana x Itabom/Bauru todos os atletas que dela participaram estavam em condições de jogo. Não fosse assim e o Sr. Representante não poderia ter permitido a participação de atleta irregular.

35. Assim, na hipótese de oferecimento de denúncia, que somente poderá ocorrer de acordo com o previsto no §2º, do art. 74, do CBJD, de se notar a conduta do Sr. Representante, que também poderá ser objeto de enquadramento infracional.

**DA PREVALÊNCIA, CONTINUIDADE E ESTABILIDADE DAS  
COMPETIÇÕES**



36. O princípio do *pro competitione* é sempre homenageado e valorizado por esta d. Procuradoria, de forma que, para, em atenção ao pleito do noticiante, de suspensão do campeonato, haveria a necessidade de infração gravíssima a ponto de manchar toda a continuidade da competição, o que não verificamos na presente queixa apresentada pelo Clube querelante.

37. No caso, além de não ter localizado a infração noticiada, ainda que a mesma fosse objeto de denúncia, o que se alega de forma hipotética, não haveria motivação para a suspensão de um campeonato, onde os combatentes estão em igualdade de condições e total equilíbrio técnico-desportivo.

38. Os resultados obtidos em quadra não serão alterados pela configuração ou não da infração disciplinar, pois o jogo objeto da presente (n. 210 – Liga Sorocabana x Itabom/Bauru) resultou em vitória do mandante.

39. Os 15 (quinze) pontos feitos pelo atleta supostamente irregular não auxiliaram a sua equipe e sequer tem peso suficiente a alterar critérios de desempate entre a equipe noticiante e o Itabom/Bauru.

40. Por isso, mesmo que fosse localizada a infração disciplinar e oferecida a denuncia, este representante da Procuradoria entende que não há motivos suficientes para a suspensão do campeonato.

Assim diante de todo o exposto, a Procuradoria da Justiça Desportiva opina pelo conhecimento da notícia de infração, porquanto presentes os pressupostos de legítimo interesse para, no **mérito** e pelos termos acima expostos, **opinar pelo não oferecimento de denúncia e seu consequente arquivamento, em especial por tudo que o Basquete representa o nosso país.**

Por se tratar de tema cuja interpretação, ainda que remonte aos usos e costumes tradicionais do basquetebol brasileiro e tenha analogia clara no regulamento, entende este Procurador que a bem apresentada notícia de infração não enquadra o C. A. Paulistano na infração disciplinar prevista no art. 221, CBJD, eis que tecnicamente perfeita e despida de qualquer animo pessoal.

Pede deferimento.

São Paulo, 14 de abril de 2012.

Nelson de Oliveira Santos Costa

Procurador

Superior Tribunal da Justiça Desportiva do Basquetebol